



**Alfred o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica**

**Alfred the Great and the holy lineage of Wessex: the construction of a myth of origins in Anglo-Saxon England**

Elton O. S. MEDEIROS<sup>1</sup>

Recebido no dia 19-09-2011

**Resumo:** No final do século IX, as ações tomadas pelo rei Alfred, *o Grande*, foram decisivas para a sobrevivência da Inglaterra anglo-saxônica contra os vikings. Seu resgate cultural iria mudar a sociedade anglo-saxônica, reforçando as defesas do reino, a política e possibilitar a unificação da Inglaterra em meados do século X sob o governo do rei Athelstan. Entretanto, a razão principal para este resgate não era cultural, mas espiritual. Para esta tarefa, inspirado por obras como a *Historia Ecclesiastica* de Beda, um mito de origem foi forjado. Um mito que dizia que os anglo-saxões eram os herdeiros espirituais dos hebreus do Velho Testamento. E seus reis seriam descendentes de uma linhagem sagrada de um misterioso quarto filho de Noé. Neste artigo iremos analisar os elementos desse mito, como se deu sua construção e sua importância para o *período alfrediano*.

**Abstract:** In the end of 9th century, the actions taken by King Alfred the Great were decisive for the survival of the Anglo-Saxon England against the Vikings. His cultural revival would change the Anglo-Saxon society, reinforcing the defenses of the kingdom, the politics and enable the unification of England in the mid-10<sup>th</sup> century under king Athelstan's reign. However, the main reason behind this revival was not cultural but a spiritual. For this task, inspired by the works like Bede's *Historia Ecclesiastica*, a myth of origins was forged. A myth that said the Anglo-Saxons were the spiritual heirs of the Hebrews of Old Testament. And their kings would be descendent of a holy lineage of a mysterious fourth son of Noah. In this article we will analyze the elements of this myth, how was its construction and its importance for the *Alfredian period*.

**Palavras-chave:** Inglaterra – Mito – Sociedade – Alfredo – Anglo-saxões.

**Keywords:** England – Myth – Society – Alfred – Anglo-Saxons.

\*\*\*

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (USP). E-mail: [cosmedeiros@hotmail.com](mailto:cosmedeiros@hotmail.com)



## I. Introdução

Mitos de origem são um dos elementos mais comuns encontrados em diversas culturas ao redor do mundo. Tais mitos surgem das mais variadas formas e com os mais variados propósitos dentro de uma cultura ou sociedade. Como forma de identificação histórica do grupo e dos indivíduos, como forma de legitimação ideológica e de poder político ou como parte do mundo religioso, no âmbito do sagrado.

Tais tipos de construções são de extrema importância para essas sociedades, pois através delas é possível uma identificação de todo o grupo social, justamente por seu aspecto fabuloso, mítico e ao mesmo tempo histórico. Até o século XIX, o termo “mito” designava especificamente tudo àquilo que seria avesso à história: o fabuloso, fantástico, utópico. Mas desde então, essa imagem se transformou, e assim:

Ao invés de tratar, como seus predecessores, o mito na acepção usual do termo, i.e., como “fábula”, “invenção”, “ficção”, eles o aceitaram tal qual era compreendido pelas sociedades arcaicas, onde o mito designa, ao contrário, uma “historia verdadeira” e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo.<sup>2</sup>

Podemos observar que este tipo de construção possui grande influência em momentos históricos muito além do período medieval. A preocupação, ou a necessidade, pela construção de uma história (propriamente dita) oficial, que mostre as origens e realce os valores e virtudes de uma ou outra sociedade: “Um povo sem história (...) é como se não existisse!”<sup>3</sup>

Um bom exemplo disso pode ser encontrado justamente na Europa do século XIX, quando passa a haver uma nova valorização das tradições históricas de cada país. Temos, por exemplo, na Alemanha o resgate de seu passado germânico, que mais tarde seria apropriado politicamente para a ideia do “mito ariano”; e na Inglaterra vitoriana um resgate do passado bretão, às lendas arturianas e o mundo céltico, como uma forma de um mito de origem comum para todos os habitantes do Reino Unido<sup>4</sup>; ou seja, de uma origem “nobre”, “heroica”, “primordial”:

---

<sup>2</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*, São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 7-8.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>4</sup> Ao longo do XIX (principalmente durante o período vitoriano) ocorre uma maior valorização do passado de origem céltica, como uma forma de se criar uma suposta identidade nacional dentro da Grã-Bretanha; deixando o passado anglo-saxão em segundo plano (focando apenas em alguns eventos e personalidades), uma vez que só diria respeito

Esse prestígio da “origem” sobreviveu nas sociedades europeias. Quando se empreendia uma inovação, esta era concebida, ou apresentada, como um retorno à origem. A Reforma inaugurou o retorno à Bíblia e ambicionava reviver a experiência da Igreja primitiva, ou mesmo das primeiras comunidades cristãs. A Revolução Francesa tomou como paradigmas os romanos e os espartanos. (...) “Temos nossa origem em Roma!”, repetiam com orgulho os intelectuais romenos dos séculos XVIII e XIX. (...) A intelligentsia húngara encontrava uma justificação para a antiguidade, a nobreza e a missão histórica dos Magiares na saga heroica de Arpad.” (ELIADE: 157).

Esta busca por uma origem legitimadora, nobre, encontra-se não apenas em sociedades modernas, mas ao longo de toda a história da humanidade. Desta forma, como objeto de estudo deste fenômeno dentro do período medieval, vamos analisar o que teria ocorrido na Inglaterra dos séculos IX e X. Neste momento da história inglesa iremos observar o surgimento de um mito de origem que remontava tanto ao passado bíblico, quanto ao mundo germânico e à tradição cristã. Mito este que serviu para legitimar o presente daquele momento histórico e o poder político da casa real de Wessex. O qual acabou por se tornar um elemento de suporte à unidade dos povos anglo-saxões remanescentes frente a um inimigo comum e que proporcionou as bases ideológicas para a unificação do território inglês como um único reino unificado, a partir de meados do século X. Veremos como através da reforma cultural promovida pelo rei Alfred nas últimas décadas do século IX este mito é confeccionado, sendo assim um dos principais elementos do que podemos chamar como *período alfrediano*. Período esse de suma importância para a compreensão da história da Inglaterra durante a Alta Idade Média.

## II. O Período Alfrediano

No estudo da Inglaterra anglo-saxônica, uma das figuras mais estudadas é Alfred, o Grande, rei de Wessex (c. 871-899). Sua importância para a história inglesa é vital para compreensão de todo o processo de unificação que resulta no nascimento do reino da Inglaterra. E sua iniciativa por uma retomada cultural (claramente inspirada no modelo carolíngio) irá nos proporcionar toda

---

aos ingleses. Como consequência desse fenômeno, os estudos anglo-saxônicos e a consciência desse passado teriam ficado relegados a certa “marginalidade” cultural que apenas na segunda metade do século XX e começo do XXI estariam sendo resgatados e recebendo o seu devido valor. Essa questão é abordada profundamente em SCRAGG, Donald & WEINBERG, Carole. *Literary Appropriations of the Anglo-Saxons from the Thirteenth to the Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 215-236; e principalmente em FRANTEN, Allen J. & NILES, John D. *Anglo-Saxonism and the Construction of Social Identity*, Gainesville: University Press of Florida, 1997.

uma carga documental que corresponde à boa parte do material que temos hoje disponível para o estudo deste momento histórico.

A importância de Alfred, *o Grande*, para a história da Inglaterra anglo-saxônica é tamanha que utilizaremos a terminologia *período alfrediano* para melhor definirmos o momento que se estenderia do final do século IX, com o governo do próprio Alfred, até início do século XI, quando se inicia a nova onda invasora escandinava na Inglaterra. O termo *período alfrediano* não chega a ser de todo inédito no campo dos estudos anglo-saxônicos. Alguns estudiosos chegam a utilizá-lo, mas estritamente à produção literária e de forma pouco precisa ou restrita ao governo do rei Alfred. A utilização de tal terminologia por nós tem um caráter muito mais claro e abrangente; envolvendo não apenas o reinado de Alfred, mas também os desdobramentos decorrentes de sua iniciativa nos governos de seus sucessores.

Segundo nossa definição, o *período alfrediano* acaba por abranger três aspectos fundamentais: a) a retomada dos territórios ocupados pelos invasores escandinavos e a consolidação do poder de Wessex sobre toda a Inglaterra, b) a reorganização social anglo-saxônica, especificamente da aristocracia que foi fragmentada durante os anos de ataques vikings e c) a reorganização espiritual cristã do mundo eclesiástico e laico, que também havia passado por um período de crise.

Podemos ainda detalhar o *período alfrediano* tendo início com a ascensão do rei Alfred, *o Grande*, ao trono de Wessex, sua retomada cultural e a reorganização sócio-política da Inglaterra. Começa assim o que podemos definir como a primeira fase do *período alfrediano*: um momento marcado pela reconquista ou a subjugação dos territórios que estavam nas mãos dos escandinavos (a *Danelaw*), iniciada por Alfred e tendo prosseguimento com seu filho Edward I *o Velho*, e seu neto Athelstan. Esta primeira fase culminaria com a unificação da Inglaterra, e a consolidação do poder político de Wessex sobre todo o reino a partir do ano de 937, com a famosa batalha que acabou dando origem ao poema homônimo que celebra a vitória dos anglo-saxões: A Batalha de Brunanburg.

A partir de Athelstan e com a unificação do reino, inicia a segunda fase do *período alfrediano*. Com uma Inglaterra unida ocorre a estabilização sócio-política e religiosa do reino. Teremos uma política interna fortalecida e um exército mais preparado, culminando com o governo do rei Edgar, considerado como um período muito próspero. Isto acaba por se refletir no fato de que a maior parte do corpo poético anglo-saxão pertence a esse

segundo período (c. 950 e 1025), além de demais fontes em prosa (como as homilias de Ælfric de Eynsham, por exemplo). Entretanto, embora este período se destaque por uma maior estabilidade interna, seu fim é marcado justamente por conflitos que, entre outras razões, surgem devido a rivalidades durante a reforma beneditina.

As mudanças trazidas pela reforma se iniciam no fim do governo de Athelstan, mas atingirá seu momento de crise durante o governo de Edgar, o que acabará por influenciar de forma negativa o governo de seu filho, Æthelred II. Devido aos conflitos e disputas internas resultantes desta reforma, o resultado será em um novo enfraquecimento político da Inglaterra, maior fragilidade frente à nova onda invasora escandinava, culminando com a morte de Æthelred II e a coroação do príncipe dinamarquês Cnut o Grande no trono inglês em 1017. Desta maneira chegaria ao fim o *período alfrediano*; não se restringindo apenas ao governo de Alfred, ou só ao campo literário.

Voltando novamente à figura do rei Alfred, quando este assume o trono do reino de Wessex (c. 871), mais da metade da Inglaterra se encontrava sob a ocupação dos invasores vikings. Reinos como a Nothumbria, Anglia Oriental e parte de Mercia haviam sido invadidos, seus reis mortos ou exilados, suas casas reais extintas e sua aristocracia remanescente extremamente fragmentada. Apenas o reino de Wessex ainda permanecia relativamente ileso, com sua aristocracia e sua realeza. Assim, aqueles que não haviam perecido ou se aliado aos escandinavos buscaram refúgio nas terras de Wessex. Em função disso, o ponto fundamental que dá início ao *período alfrediano* seria reunir o que havia restado dos demais reinos e reestruturar esta sociedade anglo-saxônica. Para a realização de tal tarefa, dentro do pensamento alfrediano, era essencial que houvesse uma nova postura espiritual. A ideia seria de que assim como os bretões haviam sido punidos por Deus (por terem se afastado da verdadeira fé) com a chegada dos anglo-saxões, agora seria a vez deles estarem sendo punidos com a chegada dos escandinavos: “(...) Alfred had to strengthen the defences of his kingdom, and this meant not only building fortresses and ships but also developing a powerful new ideology of kingship that would bind the West Saxon nobility more closely to him”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> “Alfred tinha de fortalecer as defesas de seu reino, e isso não significava apenas a construção de fortalezas e navios, mas também o desenvolvimento de uma nova ideologia poderosa de realeza que iria unir a nobreza saxã ocidental mais próxima a ele” – ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 8.

Entretanto, para que isso ocorresse era necessária a benção de Deus, e a única forma para que tal coisa acontecesse era através do justo merecimento. Os anglo-saxões deveriam fazer por merecer o favor divino, e para isso Alfred sabia que a única forma era trazer seu povo de volta para o caminho do Senhor. Os invasores escandinavos nada mais eram que uma punição divina às falhas morais e espirituais do povo. Não apenas devido à falta de fé, mas também o desdém pelo conhecimento. Como podemos ver em seu prefácio para a tradução em vernáculo da *Regula Pastoralis* de Gregório Magno: “Pense em quais tormentos se abateram sobre nós neste mundo, quando nós mesmos não amamos o conhecimento e nem o levamos a outros homens: nós gostamos de ser cristãos apenas em nome, mas poucos possuem as virtudes”.<sup>6</sup>

Sendo assim, como também fica claro em seu prefácio da *Regula Pastoralis*, Alfred estava decidido a restaurar seu reino àquilo que ele acreditava que uma vez existiu no passado. Um reino de devoção, sabedoria e governado por reis devotos a Deus que mantivessem a paz, a moralidade e a autoridade dentro de seu reino.<sup>7</sup> Desta forma, ele inicia um resgate literário, cultural, religioso e político, como forma de restabelecer seu ideal de um reino unido perante Deus. Um ideal que já era propagado por Beda desde o século VIII em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* e que certamente deve ter influenciado Alfred, como veremos a seguir. Assim, podemos dizer que as raízes do que chamamos como *período alfrediano* se encontravam no desejo do rei Alfred de reconduzir o povo anglo-saxão de volta para Deus.

Esta reforma de Alfred se inicia a partir da década de 880, após sua vitória sobre os vikings na batalha de Ethandun (c. 878). Isto propicia um período de maior estabilidade política e paz com os territórios ocupados pelos escandinavos da *Danelaw*, principalmente com o líder viking Guthrum. A partir de então o rei Alfred realiza uma reforma cultural e religiosa, reunindo em sua corte mentes de toda a Inglaterra e do continente. E assim são traduzidas para o inglês-antigo diversas obras que de certa forma eram de relevância para a crise existente no século IX.

Entre as obras traduzidas, além da *Regula Pastoralis* de Gregório Magno, vamos encontrar a *Consolatio Philosophiae* de Boécio, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda e *Historia Adversum Paganos* de Orosius.<sup>8</sup> Ao refletirmos

---

<sup>6</sup> SWEET, Henry (trad. e org.). *King Alfred's West-Saxon Version of Gregory's Pastoral Care*, Londres: Oxford University Press, 1958, p. 4.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>8</sup> KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*, Londres: Penguin, 1983, p. 28-35.

sobre as escolhas por tais obras, podemos apontar que estas eram obras de grande importância para aquele momento do período medieval. No caso da Inglaterra anglo-saxônica, e das traduções em inglês antigo, a *Regula Pastoralis* forneceu não apenas aos bispos, mas a todos aqueles que de alguma forma possuíam e administravam algum tipo de poder e autoridade (religiosa ou laica), as instruções necessárias para levar adiante suas obrigações sob as bênçãos de Deus. De acordo com a *Consolatio Philosophiae*, a busca pela sabedoria é a obrigação de todo aquele que busca o Senhor, sendo tal busca o único e verdadeiro caminho para a humanidade e principalmente para o governante.

A *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* era um lembrete aos ingleses de sua herança cristã sob um único Deus, enquanto a *Historia Adversum Paganos* possibilitava certo conforto aos cristãos atacados pelos pagãos escandinavos da mesma forma como sofridos em Roma pelos visigodos. Alfred encontrou sua própria inspiração nos 50 primeiros Salmos, os quais também traduziu a respeito das lamentações de outro rei-guerreiro enfrentando adversidades frente a um inimigo estrangeiro o qual é derrotado com o auxílio divino.<sup>9</sup>

Entretanto, traduções consistiam em apenas uma parte dos projetos de Alfred. Outros trabalhos incluíam obras originais tanto em latim quanto em inglês-antigo como, por exemplo, *A Vida do Rei Alfred* de Asser e a *Crônica Anglo-Saxônica*, quando teve início sua organização como tal. Além disso, um ponto importante para Alfred era a educação de laicos (especialmente sua aristocracia) e clérigos:

Eu estou chocado com esta arrogância de vocês, uma vez que através da autoridade de Deus e da minha própria vocês desfrutaram do posto e da posição de homens sábios, ainda assim vocês negligenciaram o estudo e o uso da sabedoria. Por esta razão, eu ordeno que vocês abandonem imediatamente o poder terreno dos cargos que possuem, ou então se dediquem mais atenciosamente em busca da sabedoria.<sup>10</sup>

Alfred não buscava a sabedoria e o conhecimento apenas para si, mas também para seus súditos, mesmo que isso fosse uma imposição para eles. Era importante para Alfred possuir súditos letrados, principalmente entre os membros de sua aristocracia para que dessa forma eles soubessem ler as leis e pudessem aplicá-las, além das próprias ordens do rei.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 31-32, 153, 301-303.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 110; *Vida do Rei Alfred*, cap. 106.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 110.

Desta forma, como podemos ver de forma sucinta, dentre alguns dos elementos que surgem em decorrência do que também poderíamos chamar de uma “renascença alfrediana” seria: a criação de uma “escola da corte”, visando à educação laica da aristocracia; a tradução de fontes latinas para o vernáculo; a compilação de uma crônica detalhando a ascensão de Alfred e da Casa de Wessex; e conseqüentemente um código legal que representasse uma continuação das leis dos antigos governantes anglo-saxões e bíblicos.<sup>12</sup>

Para Alfred não bastava reforçar o exército e as muralhas das cidades. Para ele, a reorganização religiosa e da educação é que dariam o suporte necessário à esfera militar para a defesa do reino<sup>13</sup>, pois através disso os anglo-saxões conseguiriam o verdadeiro auxílio do Senhor. Contudo, além do resgate cultural e como uma forma de legitimar todas essas iniciativas no campo religioso e político, era necessária a existência de algo mais concreto que desse os alicerces para tais medidas.

Em função desses anseios a partir das iniciativas de Alfred, vamos observar a construção de um mito de origens na Inglaterra dos séculos IX e X. Um mito forjado com o intento de não apenas legitimar o presente, mas que também faria dos anglo-saxões a partir de Alfred o novo povo de Israel com um governante inspirado por Deus e descendente da própria divindade.

### III. O Novo Israel e os noaquitas

Referente às obras escolhidas pela reforma do rei Alfred, a tradução da obra de Beda, *o Venerável*, a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, para o inglês antigo, é bem interessante quando analisada dentro do contexto do *período alfrediano*. Ælfric de Eynsham e William de Malmesbury diziam que a obra teria sido traduzida pelo rei Alfred, mas a partir de elementos linguísticos e paleográficos tal hipótese não é muito bem aceita na atualidade.

Entretanto, ela foi sim feita por um tradutor de Wessex, aos moldes de outras obras traduzidas pelo próprio rei. Traduzindo não a obra completa e fiel ao original, mas sim aquilo que seria de interesse para a população anglo-saxônica da época, segundo as características das reformas de Alfred: o passado glorioso dos anglo-saxões.<sup>14</sup> De qualquer forma, o interesse de Alfred pela

---

<sup>12</sup> ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 220.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 219.

<sup>14</sup> FULK, R. D. & CAIN, Christopher M. *A History of Old English Literature*, Oxford: Blackwell, 2005, p. 64.

obra de Beda estaria no fato dele tratar os anglo-saxões como uma única nação perante Deus e provavelmente esta visão tenha influenciado o rei a conceber o ideal de uma Inglaterra cristã unida.<sup>15</sup>

Logo na introdução de sua obra, *Vida do Rei Alfred*, Asser nos traz uma imagem muito significativa do rei Alfred e que demonstra essa ideia de uma Inglaterra unida. Ele diz: “(...) Alfred, governante de todos os cristãos da ilha da Bretanha, rei dos anglos e saxões (...)”.<sup>16</sup>

Através disso, Asser confirma na verdade a autoridade de Alfred sobre todas as regiões livres da ocupação escandinava e pagã, e também diferencia a figura do rei em relação aos seus antecessores. O “povo” do qual Alfred se originou, os saxões do oeste, era um grupo que possuía uma origem, costumes e uma descendência em comum. O mesmo não ocorria com os anglo-saxões em geral. De fato, tal expressão (“anglo-saxões”) teria surgido no continente, como forma de diferencia-los dos saxões que ainda habitavam as regiões do norte dos territórios germânicos da atual Alemanha<sup>17</sup>, da mesma forma que os anglo-saxões se referiam aos saxões do continente como os “velhos saxões”. Desta forma, era comum os reis de Wessex serem chamados apenas de “reis dos saxões do oeste” ou simplesmente “reis dos saxões”.<sup>18</sup> Alfred é o primeiro governante na Inglaterra a ser chamado “rei dos anglos-saxões”.<sup>19</sup>

Ao se colocar como soberano tanto de anglos quanto de saxões, Alfred estava plantando os alicerces de um novo reino, que buscava unidade política, religiosa, linguística e cultural. Assim ele criava um “povo inglês”, aos moldes do que Beda já falava no século VIII. Podemos ver isso refletido nos escritos de Alfred na utilização de palavras como *Angeland* ou *Englaland* (“Inglaterra”), *Angelkyynn* (povo inglês) e *Englisc* (o idioma inglês).<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. *The Cambridge companion to Old English Literature*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 7-8.

<sup>16</sup> KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*, Londres: Penguin, 1983, p. 67.

<sup>17</sup> ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 24.

<sup>18</sup> Como são denominados, por exemplo, reis como Ine, Beorhtric, Æthelwulf e Æthelred nos registros da *Crônica Anglo-Saxônica* e na *Vida do Rei Alfred*: capítulos 1, 7, 9, 14, 30, 68.

<sup>19</sup> Esta é a forma por qual o rei Alfred é denominado na *Vida do Rei Alfred*: capítulos 1, 13, 21, 64, 71, 73, 83 e 87. É interessante observar que em nenhum momento na *Crônica Anglo-Saxônica* ele é chamado dessa forma.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 185.

A ideia desta unidade na qual Alfred se inspirou através da obra de Beda teria sua origem em fontes anteriores da cristandade latina e remeteria a um conceito chave que nos ajuda a entender o pensamento do *período alfrediano*: o mito do *populus Israhel*.

Em uma de suas homilias, Beda comenta a passagem bíblica das bodas de Canã, quando Jesus se encontra com Natanael:

Perguntou-lhe Natanael: “De Nazaré pode sair algo de bom?” Felipe lhe disse “Vem e vê”. Jesus viu Natanael vindo até ele e disse a seu respeito: “Eis verdadeiramente um israelita em quem não há fraude”. Natanael lhe disse: “De onde me conheces?”. Respondeu-lhe Jesus: “Antes que Filipe te chamasse, eu te vi quando estavas sob a figueira”. (João 1: 46-48)

Em seu comentário exegético, Beda diz sobre o comentário de Jesus ao reconhecer Natanael sob a figueira: “electione spiritualis Israhel, id est, Populi Christiani” [a escolha da Israel espiritual, que é, o povo cristão].<sup>21</sup>

O que complementa seu comentário anterior no mesmo texto:

O quam magna nobis quoque qui de gentibus ad fidem uenimus in hac sententia nostri redemptoris spes aperitur salutis! Si enim uere Israhelita est qui doli nescius incedit, iam perdidere Iudaei nomen Israhelitarum quamuis carnaliter de Israhel quotquot doloso corde a simplicitate patriarchae sui degenerauerunt, et ad cuncti sumus ipsi in semen Israhelitarum qui quamlibet aliis de nationibus genus carnis habentes fide tamen ueritatis et munditia corporis ac mentis vestigia sequimur Israhel.

Ó, que grande esperança de salvação está aberta por esta ordem de nosso Redentor para aqueles de nós que vieram para a fé dos gentios! Pois se ele é verdadeiramente um israelita que caminha como um ignorante do engano, os judeus, apesar de fisicamente descenderem de Israel, já perderam o nome de israelitas, como muitos degeneram em seus corações da simplicidade de seu patriarca. **E nós fomos aceitos entre os descendentes dos israelitas, desde que, embora de acordo com a carne nós temos nossa origem de outras nações, contudo pela verdadeira fé e pela pureza do corpo e da alma, seguimos os passos de Israel.**<sup>22</sup>

Com essas palavras, Beda se apropria de um elemento da tradição cristã e que será fundamental para a construção de um mito histórico social<sup>23</sup>, um mito de origem que persistirá durante todo período da Inglaterra anglo-saxônica. Os anglo-saxões possuíam grande interesse no Velho Testamento, no mito da

---

<sup>21</sup> BEDA, *Homaelia* 1.17, ll 203-204.

Criação e se identificavam com a descrição da sociedade das tribos de Israel, assim como com o passado germânico ligado ao continente.

Poets, preachers, historians, even kings and generals found [the Old Testament] an ever-useful storehouse of information and inspiration; its great collection of stories, poems, proverbs and prophecies provided a rich literary tradition for the Anglo-Saxons which both complemented and challenged the literary tradition of the Germanic inheritance.<sup>24</sup>

Este tipo de identificação faz parte de um processo que busca não apenas uma forma de entender e valorizar o passado, mas também de legitimar o presente; dando origem a metáforas e construções retóricas. Na Inglaterra esta história do povo judeu, de apostasia e restauração de Israel<sup>25</sup>, fornece um modelo importante para os anglo-saxões. A expulsão do Éden, a libertação do cativo no Egito, a chegada a Terra Prometida, a conquista do Império Romano e a destruição do Segundo Templo, a expulsão de Jerusalém, entre outros episódios. O ciclo de ascensão e queda, de angústia e redenção, acaba por se integrar a uma *Heilsgeschichte* (“história da salvação”) como um importante modelo da hermenêutica cristã.<sup>26</sup> Uma passagem bíblica que pode melhor exemplificar este modelo é:

A ira de Iahweh se inflamou então contra Israel e ele disse: “Porque esta nação transgrediu a aliança que eu havia prescrito a seus pais e não escutou a minha voz, também eu não expulsarei mais de diante dela nenhuma das nações que Josué deixou ficar quando morreu”, a fim de, por meio delas, submeter Israel à prova, para saber se ele guardaria ou não o caminho de Iahweh, nele andando como haviam feito seus pais (Juízes 2: 20-22).

Assim, a imagem do “povo de Israel” (quase como uma personagem, propriamente dito) surge como um exemplo, um mito de origem, para as sociedades medievais do ocidente. Este mito de um *populus Israhel* se apresenta como um mito no sentido de dizer à sociedade o que é importante para ela

---

<sup>22</sup> BEDA, *Homaelia* 1.17, ll 172-180 (Grifo nosso).

<sup>23</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, pp. 96-97 e 106.

<sup>24</sup> “Poetas, pregadores, historiadores, até mesmo reis e generais achavam [o Velho Testamento] um depósito sempre útil de informações e inspiração; sua grande coleção de histórias, poemas, provérbios e profecias oferecia uma rica tradição literária para os anglo-saxões que tanto complementava e fazia frente à tradição literária de herança germânica” – GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. *The Cambridge companion to Old English Literature*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 206.

<sup>25</sup> FRYE, Northrop. *The Great Code: The Bible and Literature*, Toronto: Academic Press Canada, 1981, p. 169.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 171.

saber sobre seu passado, seu destino, sua história, suas leis e costumes.<sup>27</sup> De forma geral, o mito do *populus Israhel* possui dois componentes principais dentro da interpretação do conceito de *figura*<sup>28</sup>: o discurso “épico” sobre o “Novo Israel” cristão e o discurso em forma de elegia sobre o “Velho Israel”. Estes dois elementos servindo como forma exemplar positiva (a proteção divina e a ascensão de um povo) ou negativa (a ira de Deus e a punição).<sup>29</sup>

Na *Historia Ecclesiastica* de Beda o mito do *populus Israhel* surge não apenas como retórica da tradição cristã, mas como um conceito a ser usado na construção de uma *gens Anglorum* como um “Novo Israel”.<sup>30</sup> Desta forma, desde o início este modelo, da passagem da história da Inglaterra daqueles que foram amaldiçoados por Deus para aqueles que são seus novos escolhidos, o texto é claro ao narrar a queda dos bretões e a chegada dos anglos e saxões.

A ideia de que Deus está punindo os bretões por sua apostasia, da mesma forma como Deus puniu os hebreus no Velho Testamento quando fizeram o mesmo. Entre outros exemplos que reforçam isso, Beda revela que após um ataque mal sucedido dos pictos, teria ocorrido uma colheita com grande abundância nos campos como nunca antes se tinha visto na ilha; mas que isso foi seguido por uma onda de luxúria e muitos outros crimes e pecados. Isso levou ao declínio dos bretões, que se entregaram à bebida, ao ódio, lutas e inveja<sup>31</sup>: “non multo post acior gentem peccatricem ultio diri sceleris secuta est” [não muito depois, um grande golpe de vingança por sua abominável iniquidade recaiu sobre a nação pecadora].<sup>32</sup>

Beda então relata os infortúnios que se seguem, com novos ataques de invasores (pictos) e o convite do rei Vortigern para que os saxões venham

---

<sup>27</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, pp. 104-105.

<sup>28</sup> “(...) figura é algo real e histórico que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica. A relação entre os dois eventos é revelada por um acordo ou uma similaridade. (...) Muitas vezes, vagas similaridades na estrutura dos acontecimentos ou em circunstâncias relacionadas com eles bastam para tornar a figura reconhecível; para descobri-lo, temos de estar determinados a interpretar de um certo modo. (...) Esse tipo de interpretação tinha como objetivo mostrar que todas as pessoas e acontecimentos do Velho Testamento eram prefigurações do Novo Testamento e de sua história de redenção” – AUERBACH, Erich. *Figura*, São Paulo: Ática, 1997, p. 27-28.

<sup>29</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 106-107.

<sup>30</sup> BROWN, Peter. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000*, Cambridge: Blackwell, 2003, p. 351.

<sup>31</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I: 14.

<sup>32</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I: 14.

ajuda-los e mais tarde os conflitos entre bretões e os saxões. Neste ponto, Beda compara o infortúnio dos bretões com a queda de Jerusalém:

Siquidem, ut breviter dicam, accensus manibus paganorum ignis, iustas de sceleris populi Dei ultiones expetiit, non illius impar qui quondam a Chaldaeis succensus Hierosolymorum moenia immo aedifica cuneta consumpsit.

Desta forma, para ser breve, o fogo uma vez aceso nas mãos dos pagãos tomou a justa vingança de Deus da corrupção do povo, não muito diferente daquele fogo dos caldeus que uma vez incendiou, consumiu os muros e os prédios de Jerusalém.<sup>33</sup>

Beda assim conta sobre a queda do “Velho Israel” (os bretões) devido sua apostasia, a invasão dos saxões permitida por Deus como a justa punição e o surgimento do “Novo Israel” personificado pelos anglos-saxões. Para tal tarefa, Beda vai buscar os elementos de que precisava nos escritos de Gildas e, talvez sua maior fonte inspiradora, na obra de Eusébio de Cesaréia.

Composta em grego, a *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesaréia (c. 263-340), traduzida para o latim por Rufino de Aquiléia (c. 345-410), teria servido com um dos principais modelos para Beda elaborar sua história eclesiástica da Inglaterra. O texto de Eusébio desempenha um papel importante dentro da cristandade do século IV ao dar um ar de antiguidade à religião cristã através da história do povo judeu. Ele argumenta em sua época que apesar de sua aparência como uma religião “nova”, recente, o cristianismo seria muito mais antigo e remontaria aos tempos dos hebreus, enraizado nos tempos dos patriarcas bíblicos. Para legitimar a história do cristianismo, Eusébio se apropria do passado judaico, criando assim um novo tipo de história que não está mais restrita ao povo judeu, mas a toda a cristandade.

O que ocorre é uma interpretação figural das Escrituras. Dentro deste processo interpretativo, os hebreus do Velho Testamento perdem seu caráter judaico original e tornam-se *figura* do povo cristão, da Igreja. O povo que primeiro estabeleceu a aliança com Deus e cuja história era o prenúncio da vinda de Cristo.

O trabalho interpretativo mais impressionante desta espécie ocorreu nos primeiros séculos do Cristianismo, como consequência da missão entre pagãos, e foi realizado por Paulo e pelos Pais da Igreja; eles reinterpretaram toda a tradição judaica numa série de figuras a prognosticar a aparição de Cristo, e

---

<sup>33</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I: 15. Ver também 2 Reis 25: 8-10.

indicaram ao Império Romano o seu lugar dentro do plano divino da salvação.<sup>34</sup>

Já os judeus do Novo Testamento permanecem como os inimigos de Cristo, o “Velho Israel” que se afastou de Deus; enquanto o “Novo Israel” surge na figura da Igreja e do povo cristão. Vemos aqui uma das primeiras manifestações do mito *populus Israhel*. A ideia de que Israel não se limita mais a apenas um povo (os judeus), mas a todo aquele que Deus escolher como seu protegido. Da mesma forma que Ele estabelece a aliança com o “Novo Israel”, Ele também pune o “Velho Israel” que vai contra Suas leis e se afasta de sua palavra. Embutido em si, o mito do *populus Israhel* possui então a ideia de povos e nações que existem num tempo cíclico de ascensão e queda<sup>35</sup>: para que um Novo Israel surja, é necessário que um Velho Israel pereça.

O conceito do *populus Israhel* volta a aparecer em outros autores cristãos como Orósio (c. 385-420; em sua *Historiae Adversum Paganos*, a qual o rei Alfred traduziu) e Salviano de Marselha (c. 439-451; em sua obra *De gubernatione*); em ambos o mito surge na forma do infortúnio exemplar (no primeiro, o relato sobre o saque de Jerusalém e a destruição do Segundo Templo em 70 d. C.; e no último, a instabilidade política e social do Império Romano no século V e o avanço das hordas bárbaras). Nos dois casos os infortúnios são explicados pelo afastamento do povo da palavra do Senhor e suas práticas pecaminosas.

Também encontramos ecos do *populus Israhel* nos poemas de Paulino de Nola (c. 355-431), onde o mito surge como uma apologia à obstinação na verdadeira fé e exemplo àqueles que facilmente se distanciam dela quando as adversidades recaem sobre o povo.<sup>36</sup> Este mesmo teor de elegia pode ser encontrado no salmo 136:

À beira dos canais de Babilônia  
nos sentamos, e choramos  
com saudade de Sião;  
nos salgueiros que ali estavam  
penduramos nossas harpas.

Lá, os que nos exilaram  
pediam canções,  
nossos raptos queriam alegria:  
“Cantai-nos um canto de Sião!”

<sup>34</sup> AUERBACH, Erich. *Mimesis*, São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 13.

<sup>35</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 111-119.

<sup>36</sup> *Ibid.*, 119-142.

Como poderíamos cantar  
um canto de Iahweh  
numa terra estrangeira?  
Se eu esquecer de ti, Jerusalém,  
que me seque a mão direita!

Que me cole a língua ao paladar  
caso eu não me lembre de ti,  
caso eu não eleve Jerusalém  
ao topo da minha alegria!

Iahweh, lembra  
o dia de Jerusalém  
aos filhos de Edom,  
quando diziam: ‘Arrasai-a!  
Arrasai-a até os alicerces!’

Ó devastadora filha de Babel,  
feliz quem devolver a ti  
o mal que nos fizeste!  
Feliz quem agarrar e esmagar  
teus nenês contra a rocha!

Na Inglaterra encontraremos a presença do *populus Israhel*, introduzido na obra de Gildas *De Excidio et Conquestu Britanniae*, que narra em tom de lamento o fim da Bretanha romana e as invasões germânicas em meados do século V. Em sua obra, o autor narra as adversidades e a tentativa de resistência do povo frente a onda invasora de anglos e saxões, como um teste divino imposto aos bretões.<sup>37</sup> Podemos observar no prefácio de sua obra que Gildas diz ter lido sobre a história do povo hebreu no Velho Testamento e como eles haviam sido queridos por Deus (“*deo carissimus*”), mas que acabaram rompendo com Seus ensinamentos e Lei.<sup>38</sup>

Gildas utiliza as atribuições dos hebreus do Velho Testamento como um espelho para a Bretanha de sua época<sup>39</sup>. E da mesma forma, ele mesmo se coloca na mesma posição que os profetas veterotestamentários frente às atitudes de seu povo.<sup>40</sup> Ele se coloca como um crítico de sua época que por meio das profecias do Velho Testamento e sua história revela o padrão dos acontecimentos que se seguem, as origens da ordem presente e o fim

---

<sup>37</sup> Ibid., 143-144.

<sup>38</sup> GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, I. 3.

<sup>39</sup> GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, I. 7.

<sup>40</sup> GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 37. 3.

inevitável que se aproxima devido à afronta à Lei divina<sup>41</sup>, e culpa os clérigos por não terem feito nada para impedir essa situação e o estabelecimento de uma “Israel espiritual”.<sup>42</sup> Podemos dizer que para Gildas, os bretões representavam Israel dos últimos dias, que estava sendo posto à prova por Deus<sup>43</sup>, a *praesens Israel*<sup>44</sup> que chegou a ter uma vitória significativa contra o inimigo.

Contudo, como é sabido, a Bretanha de Gildas foi derrotada, tornando-se a Inglaterra. Beda compartilha da visão de Gildas ao ver os bretões como um povo que por seus pecados e estupidez de seus líderes atraiu para si a ira divina, permitindo seu fim. Por outro lado, os invasores anglo-saxões, que serviram como o instrumento de Deus para a queda dos bretões (o Velho Israel), ao migrarem para a ilha e ocuparem seus territórios, tornam-se os novos escolhidos, o Novo Israel; submetidos à vontade divina e propensos ao mesmo binômio apostasia-redenção que as demais nações ao longo da “História Sagrada” cristã.<sup>45</sup>

Outro nome da Inglaterra anglo-saxônica onde encontraremos a ideia do *populus Israhel* será Alcuíno de York. Em seu poema *Versus de patribus regibus et sanctis Euboricensis ecclesiae*, Alcuíno conta a história da cidade de York e, entre outros episódios, conta sobre o período das invasões dos anglo-saxões e da ocupação da cidade. Diferente da obra de Gildas (e em até certo ponto de Beda), os anglo-saxões que chegam à Inglaterra não são tratados simplesmente como o flagelo de Deus sobre os bretões, mas já como os verdadeiros escolhidos do Senhor.

No poema é dito que antes dos anglo-saxões chegarem à ilha, ela era habitada pelo *gens pigra Britonum* (“preguiçoso povo dos bretões”). Enquanto que por sua vez os anglo-saxões eram um povo *antiqua, potens bellis et corpore praestans* (“antigo, poderoso na guerra e superior em corpo”). Os anglo-saxões não são

---

<sup>41</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 144.

<sup>42</sup> GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 70. 1.

<sup>43</sup> Juízes 3: 4: “Eles serviram para pôr Israel à prova, para saber se escutariam os mandamentos que Iahweh tinha prescrito a seus pais por intermédio de Moisés”.

<sup>44</sup> GILDAS, *De Excidio et Conquestu Britanniae*, 26. 1.

<sup>45</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 147. Para maiores informações sobre a construção cultural e as ideias dos anglo-saxões a respeito do período de migrações, ver HOWE, Nicholas. *Migration and Mythmaking in Anglo-Saxon England*, New Haven: Yale University Press, 1989.

mais tratados como simples instrumentos de Deus, mas já dentro do mito do Novo Israel:

Hoc pietate Dei visum, quod gens scelerata  
ob sua de terris patrum peccata periret  
intraretque suas populus felicior urbes,  
qui servaturus Domini praecepta fuisset.  
Quod fuit affatim factum, donante Tonante  
iam nova dum crebris viguerunt sceptris triumphis  
et reges ex se iam coepit habere potentes  
gens ventura Dei”

Em sua santidade Deus viu que o amaldiçoado povo deveria perder as terras de seus ancestrais devido a seus próprios pecados; e que um povo mais afortunado deveria entrar em suas cidades, um povo que manteria os preceitos do Senhor. Isto veio a acontecer com o consentimento de Deus Todo-Poderoso. Pois uma nova força então cresceu para a prosperidade e abundante vitória; e o povo de Deus do futuro agora começou a trazer poderosos reis de seu próprio povo.<sup>46</sup>

Na poesia anglo-saxônica também encontraremos a presença deste mito do *populus Israhel*, esse modelo de apostasia-redenção. Dentre as diversas composições de perfil religioso, a maior obra poética do gênero são os poemas do manuscrito *Codex Junius IX: Gênesis, Êxodo, Daniel e Cristo & Satã*.

Além da de interpretação *figural*, que nos leva à ideia da Salvação humana, presente na maior parte da poesia religiosa do período, e o caráter exemplar que as personagens e situações da trama de cada poema demonstram, o povo de Israel como um todo também serve a esse propósito ao demonstrar o ciclo de ascensão e queda das nações.

Para tanto, a figura central para essa interpretação é Abraão. Contudo, devemos retornar um pouco na narrativa, aos tempos da linhagem de Noé (cuja importância na Inglaterra do século IX será de grande valor para o *período alfrediano*, como veremos mais adiante).

No poema *Gênesis* nos é contado sobre a origem do povo hebreu:

Pa we arð Seme suna and dohtra  
on woruldrice worn afeded,  
freora bearna, ær ðon frod cure  
wintrum wælreste werodes aldor.

<sup>46</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 148.

On þære mægðe wæron men tile,  
þara an wæs Eber haten,  
eafora Semes; of þam eorle woc  
unrim þeoda, þa nu æðelingas,  
ealle eorðbuend, Ebrei hatað.  
Gewiton him þa eastan æhta lædan,  
feoh and feorme. Folc wæs anmod;  
rofe rincas sohton rumre land,  
oðþæt hie becomon corðrum miclum,  
folc ferende, þær hie fæstlice  
æðelinga bearn, eard genamon.  
Gesetton þa Sennar sidne and widne  
leoda ræswan; leofum mannum  
heora geardagum grene wongas,  
fægre foldan, him forðwearde  
on ðære dægtide duguðe wæron,  
wilna gehwilces weaxende sped.

E Sem gerou uma hoste de filhos e filhas nascidos livres, e, após muitos invernos, foi para seu último descanso. Naquela tribo os homens eram bons! Um dos filhos de Sem era Eber, e dele surgiu um incontável povo que todos os homens que habitam na terra chamam hebreus. Eles partiram para o leste, levando com eles todo o sustento, seu gado e seus bens. Era um povo destemido! Os heróis buscaram por uma terra acolhedora, um povo andarilho, em uma grande multidão, e por fim escolheu um local para se fixar. Por toda parte nos tempos de outrora os príncipes daquele povo, com seus amados homens, se estabeleceram em Sinar, uma terra de planícies verdes e vales agradáveis. E naqueles tempos eles prosperaram, e tiveram abundância de todas as boas coisas (*Gênesis* vv. 1640-1660).<sup>47</sup>

Temos aqui a imagem do povo escolhido chegando à terra sua por direito, e as benesses, a fartura. O quadro de glória do povo hebreu, mas que logo começa a decair. Logo surgem desavenças entre si, seguido da afronta contra Deus:

Ða þær mon mænig be his mægwine,  
æðeling anmod, oðerne bæd  
þæs hie him to mærdæ, ær seo mengeo eft  
geond foldan bearm tofaran sceolde,  
leoda mægðe on landsocne  
burh geworhte and to beacne torr  
up arærde to rodortunglum.  
Þæs þe hie gesohton Sennera feld,  
swa þa foremehtige folces ræswan,  
þa yldestan oft and gelome

---

<sup>47</sup> Todas as traduções feitas do inglês antigo são de nossa autoria.

liðsum gewunedon; larum sohton  
wearas to weorce and to wrohtscipe,  
oðþæt for wlence and for wonhygdum  
cyðdon cræft heora, ceastre worhton  
and to heofnum up hlædræ rærdon,  
strengum stepton stænnene weall  
ofer monna gemet, mærdða georne,  
hæleð mid honda.

Lá então muitos homem clamaram a seus amigos, e um príncipe destemido impeliu a outro, que, antes que a sua multidão, as tribos de seu povo, tivesse de ser dividida novamente sobre a face de todo o mundo em busca de terra, eles deveriam construir uma cidade à sua glória e erguer uma torre até as estrelas do céu, para ser um sinal que eles buscaram a terra de Sinar, onde antes os poderosos líderes do povo bem viveram. E eles buscaram por homens para este trabalho e feito pecaminoso, em um orgulho inconsequente mostrando assim sua força. Ambiciosos por glória, eles ergueram a cidade com suas mãos, e construíram uma escada até o céu, e em seu esforço vão construíram um muro de pedra além das medidas dos homens (*Gênesis* vv. 1661-1678a).

Vemos que os hebreus neste episódio representam um exemplo clássico do *populus Israhel*. Os descendentes de Sem são poderosos e se estabelecem em terras boas que lhes oferecem de tudo. No auge de sua glória, ofuscados por sua bem-aventurança, eles decidem erguer uma obra em honra a si mesmos e de seu poder: a Torre de Babel. Tomados por seu orgulho, eles erguem sua obra frente a Deus, o que marca sua queda:

stiðferhð cyning steore gefremede,  
þa he reðemod reorde gesette  
eorðbuendum ungelice,  
þæt hie þære spæce sped ne ahton.

Austero o Rei reprovou sua tolice e em Sua ira confundiu as línguas dos habitantes da terra, e eles não puderam continuar em sua conversa (*Gênesis* vv. 1682a-1686).

O modelo do *populus Israhel* assim se cumpre. Um glorioso povo, abençoado por Deus, após gozar de um período de ordem e abundância, se deixa levar pelo orgulho e pela vaidade e traz sobre si a ira divina. Através deste trecho do poema *Gênesis* podemos ver claramente o ciclo do mito em ação. Para completar, após a punição divina e a divisão do povo, o ciclo recomeça com a aparição de Abraão à narrativa:

Ða magorincas metode geþungon,  
Abraham and Loth, unforcuðlice,  
swa him from yldrūm æðelu wæron

on woruldrice; forðon hie wide nu  
du geðum demað drihtfolca bearn.

Então Abraão e Ló cresceram de forma excelente frente ao Criador assim como era da natureza de sua linhagem. Por isso agora os homens proclamam suas virtudes amplamente entre os filhos dos povos (*Gênesis* vv. 1714-1718).

A linhagem de Abraão volta a aparecer no poema *Êxodo* como forma de legitimação dos hebreus no papel do povo escolhido. Sua origem épica. A justificativa de sua presença dentro da História Sagrada, por ser o povo “honrado perante Deus” (*onriht godes*):

Cuðe æghwile  
mægburga riht, swa him Moises bead,  
eorla æðelo. Him wæs an fæder,  
leof leodfruma, landriht gepah,  
frod on ferhðe, freomagum leof.  
Cende cneowsibbe cenra manna  
heahfædera sum, halige þeode,  
Israela cyn, onriht godes,  
swa þæt orþancum ealde reccað  
þa þe mægburge mæst gefrunon,  
frumcyn feora, fæderæðelo gehwæs.

Cada um conhecia o direito de nascença da tribo, a linhagem dos nobres, assim como Moisés determinou. Havia um pai deles, amado líder do povo, que recebeu o direito à terra, sábio de coração, amado por seus parentes. Gerou uma valente linhagem de homens, um patriarca, uma tribo sagrada, o povo de Israel, honrados por Deus, assim como inteligentemente os antigos contavam, a origem dos homens, a realeza paterna de cada um (*Êxodo* vv. 351b-361).

Encontramos representados nesses versos os elementos principais que compõe o mito do *populus Israhel*: grande valorização nas origens e linhagens, a terra entregue por Deus, o povo (“*folc*”) escolhido e os poderosos líderes que o comandam.<sup>48</sup> Mais à frente, quando o poema *Êxodo* narra a construção do Templo de Salomão (versos 387-396), podemos visualizar uma segunda linha interpretativa para o *Codex Junius XI*.

A interpretação mais clara que podemos observar ao analisar os quatro poemas que compõe o manuscrito é a questão da Salvação humana. Porém, ao levarmos em consideração o mito *populus Israhel*, podemos detectar uma segunda linha interpretativa (que não entra em conflito com a primeira) focada

---

<sup>48</sup> SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 162.

no aspecto mito-histórico da narrativa. Os poemas do *Codex Junius* então seriam símbolos do ciclo de apostasia-redenção. Em *Êxodo*, por exemplo, temos a glória do povo guiado por Moisés e a construção do Templo de Salomão como ícone máximo da ascensão do povo escolhido, que por sua vez se contrapõe à construção da Torre de Babel e a dispersão dos povos, no *Gênesis*; e à queda de Jerusalém, no poema *Daniel* como podemos ver na oração de Azarias:

Siendon we towrecene geond widne grund,  
heapum tohworfene, hyldelease;  
is user lif geond landa fela  
fracoð and gefræge folca manegum,  
þa usic bewræcon to þæs wyrrestan  
eorðcýninga æhta gewealde,  
on hæft heorugrimra, and we nu hæðenra  
þeowned þoliað. Þæs þe þanc sie,  
wereda wuldorcýning, þæt þu us þas wrace teodest.

Nós estamos espalhados por vastos territórios, separados em grupos e privados de qualquer misericórdia. Em muitas terras e muitos povos nosso modo de vida é desprezado e somos submetidos aos piores dos reis terrenos, e cativos por homens de corações cruéis; e sofremos opressão em terras pagãs. Por isto, graças a você, glorioso Senhor dos Exércitos, que providenciou este tormento para nós (*Daniel* vv. 300-308).

Assim, os poemas *Gênesis* e *Daniel* representariam os momentos de apostasia e punição de Israel, enquanto *Êxodo* e *Cristo & Satã* (sendo que no último o ponto principal é a libertação das almas do Inferno) representam os momentos de redenção: “Whether the compiler of Junius XI did or did not intend this concatenation is irrelevant: the imaginative design of the populus Israhel provides a meaningful pattern to sacred history, across the poetry of the codex”.<sup>49</sup>

Essa ideia do *populus Israhel*, presente na obra de Beda, é extremamente importante para compreendermos o surgimento de um ideal de unificação política e religiosa durante o período alfrediano. Alfred teria então se inspirado neste ideal através de Beda e de sua ideia de uma *gens Anglorum*. A ideia de uma Inglaterra unida, um único povo anglo-saxão e uma única fé cristã, frente a um inimigo pagão, da mesma forma que hebreus do Velho Testamento

---

<sup>49</sup> “Quer o compilador do Junius XI pretendeu ou não esta concatenação é irrelevante: o esquema imaginativo do populus Israhel fornece um padrão significativo para a história sagrada, através da poesia do códex” – SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007, p. 164.

enfrentaram por diversas vezes. Algo que pode ser representado nos versos do *Éxodo*, e que poderia muito bem descrever o pensamento político do rei Alfred em relação à Inglaterra de seu tempo ou de seu filho, Edward, ou seu neto, Athelstan:

Micel is þeos menigeo, mægenwisa trum,  
fullesta mæst, se ðas fare lædedð;  
hafað us on Cananea cyn gelyfed  
burh and beagas, brade rice;  
wile nu gelæstan þæt he lange gehet  
mid aðsware, engla drihten,  
in fyrndagum fæderyn cynne,  
gif ge gehealdað halige lare,  
þæt ge feonda gehwone forð ofergangað,  
gesittað sigerice be sæm tweonum,  
beorselas beorna. Bið eower blæd micel!

Grandioso é esse grupo e poderoso nosso líder; Ele que lidera esta jornada é o maior dos guardiões. Ele concedeu a nós da tribo de Canaã, suas cidades e tesouros, um vasto reino; Ele irá agora cumprir aquilo que Ele, Senhor dos anjos, há muito prometeu com um juramento aos ancestrais em tempos de outrora: que se você preservar Seu ensinamento sagrado, você deverá derrotar cada um de seus inimigos, habitará num reino de vitória entre os dois mares, nos salões de cerveja dos homens. Grandiosa deverá ser sua glória! (*Éxodo* vv. 554-564).

O mito do *populus Israhel* parece atraente e se encaixa com o pensamento político e religioso do *período alfrediano*. Ainda que este termo e sua conceituação não fossem tão bem definidos como elaboramos aqui, ele estava presente na Inglaterra. Contudo, há outro elemento que reforça a ideia desta construção ideológica, de ver a Inglaterra anglo-saxônica como o Novo Israel. Elemento este que está relacionado com sua ancestralidade e a árvore genealógica da Casa de Wessex, não apenas legitimando o poder divino de seus reis como os ligando diretamente a figura bíblica de Noé (e consequentemente, de Deus).

Os anglo-saxões tinham um conhecimento concreto de sua filiação e ligação com saxões do continente, o que contribuiu para a elaboração e construção das genealogias régias modelares. A importância das mesmas estaria tanto no campo religioso quanto político e um dos principais modelos seria a linhagem de Cristo, descrita no evangelho de Mateus.<sup>50</sup> O simbolismo das genealogias serve para justificar boas e más condutas por seus descendentes como a de

---

<sup>50</sup> Mateus 1: 1-17

Jesus (da linhagem de Davi), como a do monstro Grendel, no poema *Beowulf* (descendente da linhagem de Caim).<sup>51</sup>

Durante o *período alfrediano* temos a construção de uma genealogia que combina tanto personagens bíblicos quanto do passado germânico, e como elo entre estas duas tradições estaria a figura de um suposto “quarto filho de Noé”.<sup>52</sup>

Sob uma análise mais apurada, podemos dizer que a *Crônica Anglo-Saxônica* seria muito mais um registro da Casa de Wessex e sua ascensão do que da história da Inglaterra. Ela parte de um contexto mais amplo e se foca cada vez mais nas informações a respeito de Wessex. É natural que isso ocorra, uma vez que é justamente com a ascensão de Wessex que seus registros se tornam mais precisos. Entretanto, não é apenas isso o que ocorre. Há uma construção de ideias em seus registros. Um bom exemplo que podemos encontrar dessa idealização de Wessex é referente às genealogias de seus reis.

Ao consultarmos a *Crônica Anglo-Saxônica*, a respeito do ano de 855 (referente ao manuscrito A, também conhecido como o “Manuscrito de Winchester”), teremos algumas informações a respeito de Æthelwulf, rei de Wessex. Nesta passagem da *Crônica* é dito que os pagãos (os vikings) teriam se estabelecido em Sheppey durante o inverno, que o rei concedeu por decreto a décima parte das terras do reino em honra do Senhor, e que ele também teria ido a Roma e lá permanecido por um ano. Entretanto, é o que segue a estas informações que devemos prestar a devida atenção:

E dois anos após ter retornado da França, ele morreu, e seu corpo foi sepultado em Winchester, e ele havia reinado por 18 anos e meio. E Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild era irmão de Ine, rei dos Saxões do Oeste, que manteve o reino por 37 anos e que mais tarde foi para junto de São Pedro e findou sua vida lá. E eles eram filhos de Cenred. Cenred era o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic. Cerdic era o filho de Elesa, o filho de Esla, o filho de Gewis, o filho de Wig, o filho de Freawine, o filho de Freothogar, o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frealaf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat, o filho de Tætwa, o filho de Beaw, o filho de Sceldwa, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de Sceaf, i.e. o filho de Noé. Ele nasceu na arca de Noé. Lamech, Methuselah,

---

<sup>51</sup> ANLEZARK, Daniel. “Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, p. 13-14.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 17-18.

Enoch, Jared, Mahalaleel, Cainan, Enos, Seth, Adão o primeiro homem e nosso pai, i.e. Cristo (Amén).<sup>53</sup>

Segundo Marc Bloch<sup>54</sup>, os reis germânicos eram sacralizados por meio de suas linhagens, e não simplesmente por seus méritos em combate e sua bravura: “Reges ex nobilitate, duces ex virtute sumunt” [Os reis vem de nascimento nobre, e seus comandantes são por seu valor].<sup>55</sup>

Podemos observar aqui uma demonstração a respeito da importância da ancestralidade da linhagem real. Ao pegarmos outras referências da Crônica, é interessante vermos essas construções genealógicas e a relação com a cristianização dos primeiros reis saxões. O primeiro relato a este respeito se dá em 449, ao falar sobre os dois irmãos Hengest e Horsa. Neste ano é dito que Hengest e Horsa eram filhos de Wihtgils, que por sua vez era: “filho de Witta, filho de Wecta, filho de Woden. E de Woden é descendente toda nossa família real, e também aquela dos Southumbrianos”.<sup>56</sup>

A referência a Woden claramente indica uma provável origem divina da família ligada à figura do deus Woden, o Wotan dos germânicos, ou o Odin dos escandinavos. Em 597 a Crônica nos diz sobre Ceolwulf, que teria iniciado seu reinado em Wessex, e que seria: “filho de Cutha, filho de Cynric, filho de Cerdic, filho de Elesa, filho de Esla, filho de Gewis, filho de Wig, filho de Freawine, filho de Freothogar, filho de Brand, filho de Bældæg, filho de Woden”.<sup>57</sup>

Contudo, podemos notar que uma ascendência mais extensa e, em especial, com certos nomes em específico, aparecem na *Crônica Anglo-Saxônica* apenas

---

<sup>53</sup> WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.) *The Anglo-Saxon Chronicle*, London, 1961, p. 44.

<sup>54</sup> BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 68-81.

<sup>55</sup> TACITO, *Germania*, VII. Apesar da obra de Tácito ser muitas vezes utilizada como uma das referências para o estudo das populações germânicas, não devemos nos ater excessivamente a sua obra. Desde o século XIX que a validade das obras de Tácito é discutida, principalmente pelo fato dele refletir muito de seu descontentamento com relação à política e a sociedade romana através delas. Tal comportamento o levaria a estabelecer um contra ponto entre sua opinião sobre a degeneração de Roma e a tirania dos imperadores, e por outro lado a liberdade do indivíduo e as verdadeiras virtudes humanas que acreditava existir na Roma primitiva e nas terras dos bárbaros. Ver GEARY, Patrick J. *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo*, São Paulo: Conrad, 2005, pp. 67-70 e MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, Bauru: Edusc, 2004, p. 157-186.

<sup>56</sup> WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.) *The Anglo-Saxon Chronicle*, London, 1961, p. 10.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 14.

no registro sobre o rei Æthelwulf. Outro fato, que será de grande relevância para analisarmos, é que Æthelwulf nada mais era que o pai de Alfred, o Grande.

A *Crônica*, como nós a temos hoje, é a união de vários relatos feitos durante toda a história da Inglaterra que acabaram por serem reunidos numa única obra. Existem sete versões conhecidas, chamadas respectivamente de versões A, B, C, D, E, F e G. Até o reinado de Alfred os relatos são esparsos e muitas vezes confusos, informando apenas os nomes de imperadores romanos, santos, papas e mais tarde os primeiros reis saxões a se fixarem na Inglaterra. Foi Alfred quem ordenou uma melhor organização dos registros; isto ocorrendo em torno do ano de 890, marcando justamente a ascensão da casa de Wessex. Isto pode ser comprovado ao lermos a *Crônica*, pois os relatos de seu governo e posteriores passam a ser mais precisos dos que aqueles que os antecedem.

Podemos dizer que de certa forma, a partir de antigos registros, listas régias e episcopais, genealogias de antigos reis pagãos, os trabalhos de Beda, Isidoro de Sevilha e outras informações, a *Crônica* faz de forma secular e do ponto de vista de Wessex o que a *História Eclesiástica* de Beda começa a fazer ao contar sobre a unidade dos povos da Inglaterra (ABELS: 17).

Por volta do ano de 980, temos um novo documento na região de Wessex. O documento em questão é a *Chronicon Æthelweardi* (*Crônica de Æthelweard*). Sua autoria é dada *earl* Æthelweard, descendente de Æthelred I, irmão de Alfred o Grande. Desta forma, Æthelweard seria membro da família real e da casa de Wessex.

A *Crônica de Æthelweard* (que no início ele nos diz que dedica sua obra a sua prima Mathilda, abadessa de Essen, a qual era neta de Otto I e Edith, filha de Edward I o Velho) teria sido feita a partir de um exemplar da *Crônica Anglo-Saxônica*, sendo então traduzida para um latim extremamente confuso e com adaptações do inglês-antigo. Assim como a *Crônica Anglo-Saxônica*, a obra de Æthelweard também faz um relato anual dos principais acontecimentos, até o reinado do rei Edgar.

Referente ao ano de 855, seu relato é muito semelhante ao encontrado na *Crônica Anglo-Saxônica*. Aqui também encontramos os relatos sobre os vikings acampados em Sheppey, a doação de terras ao serviço do Senhor e a viagem do rei a Roma. Entretanto, com relação à ascendência de Æthelwulf encontramos certas diferenças muito interessantes:

Assim, rei Æthelwulf morreu após um ano, e seu corpo descansa na cidade de Winchester. O rei citado era filho do rei Ecgbyrht, e seu avô era Ealhmund, seu bisavô Eafa, seu tataravô Eoppa, seu tetravô Ingild, irmão de Ine, rei dos Saxões Ocidentais, que morreu em Roma, e estes reis derivam sua origem de Cenred. Cenred era filho de Ceolwald. Seu avô era Cuthwine, seu bisavô Ceawlin, seu tataravô Cynric, seu tetravô Cerdic, que foi o primeiro a possuir as partes ocidentais da Bretanha após ter derrotado os exércitos dos bretões, e seu pai era Elesa, o avô Esla, o bisavô Gewis, o tataravô Wig, o tetravô Freawine, seu sexto pai Frithogar, o sétimo Brond, o oitavo Balder, o nono Woden, o décimo Frithowald, o décimo primeiro Frealaf, o décimo segundo Frithowulf, o décimo terceiro Fin, o décimo quarto Godwulf, o décimo quinto Geat, o décimo sexto Tetwa, o décimo sétimo Beo(w), o décimo oitavo Scyld, o décimo nono Scef. E este Scef chegou com um barco pequeno na ilha do oceano que é chamada Scane(y), com armas em torno de si, ele ainda um jovem garoto, e desconhecido para o povo daquela terra. Mas ele foi recebido por eles, e acolhido por eles, e o aclamaram rei; e desta família se origina a descendência do rei Æthelwulf.<sup>58</sup>

Assim como na *Crônica Anglo-Saxônica*, o único relato a respeito de uma linhagem de desta natureza em toda a obra é esta. Além disso, podemos inclusive encontrar ligações destas genealogias com elementos lendários do passado germânico, como os nomes de Beow, Scyld e Scef, além da versão sobre a chegada de Scef numa suposta ilha chamada Skane ou Skaney, onde se torna rei, que remete a narrativa do poema *Beowulf* e a linhagem dos reis dinamarqueses citados em seus primeiros versos:

Oft Scyld Scefing    sceaþena þreatum  
monegum mægþum    meodo-setla ofteah,  
egsode eorlas,    syððan ærest wearð  
feasceft funden;    he þæs frofre gebad:  
weox under wolcnum,    weorð-myndum þah,  
oðþæt him æghwylc    þara ymb-sittendra  
ofer hron-rade    hyran scolde,  
gomban gyldan.    þæt wæs god cyning.  
Ðaem eafera wæs    æfter cenned  
geong in geardum    þone God sende  
folce to frofre;    fyren-ðearfe ongeat,  
þæt hie ær drugon    aldor-lease  
lange hwile;    him þæs Lif-frea,  
wuldres Wealdend,    worold-are forgeaf;  
Beowulf wæs breme    - blæd wide sprang -  
Scyldes eafera,    Scede-landum in.

---

<sup>58</sup> CAMPBELL, Alistair (ed. trad.) *Chronicon Æthelweardi*, Londres: Thomas Nelson & Son, 1962, p. 32-33.

Por vezes Scyld Scefing de tropas inimigas, de muitas tribos, tomou os salões; ele aterrorizou guerreiros, mesmo que a principio fosse encontrado sozinho. Mas para isto veio uma solução, ele prosperou sob os céus, obteve grande honra até que cada uma das nações ao longo da costa, além do caminho-da-baleia, se submetessem e lhe pagassem tributo. Ele foi um bom rei! Eis que ele teve um filho, jovem na corte, que Deus enviou para confortar seu povo; um grande sofrimento lhes abatia por eles terem permanecido sem um líder por tanto tempo. Assim, o Senhor da Vida, o Regente da Glória, lhe concedeu grande renome. Beowulf foi famoso – seu nome se espalhou ao longe – o filho de Scyld, por todas as terras do Norte. (*Beowulf vv. 4 – 19*).

Antes de tecermos maiores considerações, vamos ver outro documento do mesmo período. Trata-se justamente da *Vida do Rei Alfred* de Asser. Este monge galês de S. David, que serviu ao rei Alfred tornando-se mais tarde bispo de Sherbone, em sua *Vida do Rei Alfred*, ao se referir à linhagem do rei ele nos relata o seguinte:

Sua linhagem é organizada desta forma: Rei Alfred era filho do Rei Æthelwulf, o filho de Egbert, Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild e Ine, o famoso rei dos Saxões do Oeste, eram dois irmãos; Ine viajou para Roma, e honradamente findou esta vida presente lá e entrou na terra celeste para reinar com Cristo. E eles eram filhos de Cenred, o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic, o filho de Elesa, o filho de Gewis (devido ao qual os galeses chamaram toda aquela raça de gewisse<sup>59</sup>), o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frithuwald, o filho de Frealaf, o filho de Frithuwulf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat (a quem os pagãos adoraram por muito tempo como um deus), (...) o filho de Tætwa, o filho de Beaw, o filho de Sceldwa, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de Seth, o filho de Noé, o filho de Lamech, o filho de Methuselah, o filho de Enoch (filho de Jared), o filho de Mahalaleel, o filho de Cainan, o filho de Enos, o filho de Seth, o filho de Adão.<sup>60</sup>

É interessante observarmos em todas essas linhagens a clara reconstrução de uma ascendência legitimada pelas figuras míticas, ou mito-históricas que as compõe. Como o rei Alfred acaba por descender do rei Ingild e de seu famoso irmão Ine, que trouxe grande honra à sua família; de Ceawlin, a quem Beda se refere como senhor de todas as terras ao sul da Inglaterra; Cerdic, fundador da Casa de Wessex; Woden, principal deus do passado pagão, transformado numa fonte cristã das realzas germânicas e descendente de Noé, Matusalém e

---

<sup>59</sup> Este é o nome pelo qual Beda se refere aos saxões ocidentais na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, III.7.

<sup>60</sup> KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*, Londres: Penguin, 1983, p. 67.

do próprio Adão. Asser, assim como os autores da *Crônica*, ao elaborarem estas genealogias para a Casa real de Wessex tinham certamente como modelo a genealogia de Jesus<sup>61</sup> e Salomão.<sup>62</sup> Toda esta documentação abrange um período em torno de cem anos, indo de 890 até 980 aproximadamente. E a pergunta que fazemos é: uma vez que estas seriam passagens únicas dentre as demais fontes, por que ocorreu este acréscimo de ancestrais?

Para começarmos a responder esta pergunta, devemos ver o que essas três principais fontes têm em comum. A *Crônica Anglo-Saxônica* só é organizada e reunida como conhecemos hoje no governo de Alfred. Asser, autor da *Vida do Rei Alfred*, conviveu com o mesmo. Finalmente, a *Crônica de Æthelweard*, apesar de ser escrita quase um século após Alfred, é baseada na obra da época, além do próprio Æthelweard fazer parte da casa real de Wessex. Como podemos ver, o ponto em comum de todas essas narrativas é justamente o rei Alfred o Grande.

Uma primeira hipótese que podemos levantar é de que era importante para Alfred e para a casa de Wessex a construção dessa linhagem. Com relação à Woden e os demais, podemos compreender como uma forma de legitimação do poder real por meio de um personagem remanescente dos tempos pagãos. Temos a imagem do antigo deus adaptado a uma forma cristianizada, humanizada, na nova forma de um ancestral nobre legítimo. O que teríamos talvez seria então o interesse da Casa de Wessex (em especial de Alfred e seus descendentes) em vincular sua linhagem com a dos escandinavos, lhes dando prestígio e autoridade sobre seus líderes<sup>63</sup>:

---

<sup>61</sup> Mateus 1: 1-17.

<sup>62</sup> 1 Crônicas 1-3. David Howlett teria sugerido que a inclusão do nome de Creodda por Asser (na genealogia do rei Alfred) e dos cronistas (na genealogia do rei Æthelwulf) teria ocorrido, pois assim o número de gerações entre Alfred e Cerdic seria o mesmo entre Abraão e o rei Salomão; ver HOWLETT, David. *The Celtic Tradition of Biblical Style*, Blackrock: Four Court Press, 1997, p. 273-333.

<sup>63</sup> Seria interessante notarmos que esta mesma genealogia pode ser encontrada na *Edda em Prosa*, de Snorri Sturluson. O islandês Snorri Sturluson (1179 – 1241) é um dos maiores nomes da Escandinávia medieval, responsável pela autoria da *Heimskringla* (“O Círculo do Mundo”), onde ela narra a história dos reis da Noruega desde seu passado lendário, com a dinastia dos ynglings, até o rei Magnus Erlingson (século XII); e também é o autor da *Edda em Prosa*, também conhecida como a *Jovem Edda*, *Edda Menor* ou ainda *Edda Sturlusonar*. A *Edda* de Sturluson, juntamente com a *Edda Poética* (de autoria anônima) constituem as principais fontes para o estudo da mitologia dos povos escandinavos. Na introdução desta obra, Sturluson inicia contando como Deus criou o mundo, realizando uma breve narrativa onde fala sobre Adão e Eva, o Dilúvio e como os homens se esqueceram do nome de Deus. Ele então continua descrevendo as características do mundo (as montanhas, as florestas e etc.) e dos corpos celestes e de como os povos se separaram em diversos cultos

The evidence of the West-Saxon genealogy shows that the Danish invasions and settlements did not lead Englishmen to dissociate themselves from the Scandinavian heroic age. On the contrary, the heroic North attracted them, and their interest in it permitted them to establish a common background for contemporary political and ethnic relations.<sup>64</sup>

---

e idiomas. A seguir, ele descreve como o mundo estava dividido em três grandes regiões: ao norte a Europa, no sul a África, e no leste a Ásia; e no centro estaria a cidade de Tróia. Sturluson segue descrevendo a região onde está Tróia e sobre os reis que lá governam. Nesse momento de sua obra, Sturluson descreve então a linhagem de um desses reis, e é justamente ela que nos chama a atenção por sua similaridade com a linhagem do rei Æthelwulf de Wessex: “O nome de um dos reis de lá era Munon ou Mennon. Ele era casado com a filha do grande rei Príamo; ela se chamava Troan. Eles tiveram um filho, ele se chamava Tror; nós o chamamos Thor. Ele foi criado na Trácia por um duque cujo nome era Loricus (...) Nas regiões do norte do mundo ele se encontrou com a profetisa chamada Sibyl, a qual nós chamamos Sif, e casou-se com ela. Ninguém é capaz de dizer sua linhagem. Ela era a mais bela das mulheres, seu cabelo era como o ouro. Seu filho foi Loridi, assim como o seu pai; e seu filho era Einridi, seu filho Sescef, seu filho Bedvig, seu filho Athra, o qual nós chamamos Annar, seu filho Itrmann, seu filho Heremod, seu filho Scialdun. O qual nós chamamos Skiold, seu filho Biaf, o qual nós chamamos Biar, seu filho Iat, seu filho Gudolf, seu filho Finn, seu filho Friallaf, o qual nós chamamos Fridleif. Ele teve um filho cujo nome era Woden, é ele a quem chamamos Odin (...) Lá Odin deixou como responsáveis pelo reino três de seus filhos; o nome de um deles era Veggdegg, ele foi um rei poderoso e governou sobre a Saxônia Oriental; seu filho era Vitrgils, seu filho era Vitta, pai de Hengest, e Sigat, pai de Svebdegg, o qual nós chamamos Svipdag. O segundo filho de Odin se chamava Beldegg, o qual nós chamamos Baldr; ele possuía um reino que hoje se chama Vestfália. Seu filho era Brand, seu filho Friodigar, o qual nós chamamos Frodi, seu filho Freovin, seu filho Wigg, seu filho Gewis, o qual nós chamamos Gavir. O nome do terceiro filho de Odin era Sigg, seu filho Rerir. Esta dinastia governou sobre o que hoje é chamada França, e deles descende a família chamada de os Volsungs. De todos eles descendem grandes linhagens de famílias” (*Edda em Prosa* - Prólogo). Ver STURLUSON, Snorri. *Edda*, Londres: Everyman, 1998, pp. 3-4. Como também é claro nas outras fontes utilizadas, na *Edda* de Sturluson ocorre uma adaptação das personagens ao cristianismo e à tradição clássica (com a humanização de certas divindades pagãs germânicas. Com sua narrativa, Sturluson faz com que os antigos deuses da cultura germânica sejam na verdade grandes reis e heróis de ascendência troiana). Entretanto, o que mais nos chama a atenção aqui, é a semelhança com a descrição da linhagem de Odin com o que encontramos nas três fontes genealógicas que estamos utilizando na Inglaterra. Poderíamos pensar que é possível que esta estrutura genealógica lendária em particular fosse conhecida em diversas partes do norte-europeu, possivelmente oriunda de tempos pré-cristãos, ou talvez (no caso de Sturluson, visto que as referências bíblicas e da cultura clássica são óbvias) resultado de uma influência externa.

<sup>64</sup> “A evidência da genealogia dos saxões-ocidentais mostra que as invasões dinamarquesas e assentamentos não levaram os ingleses a se dissociarem da era heróica da Escandinávia. Pelo contrário, o norte heróico os atraía, e seu interesse nele os permitiu estabelecer um passado comum para a política contemporânea e relações éticas” – CHASE, Collin. *The Dating of Beowulf*, Toronto: Toronto University Press, 1997, p. 105.

Além disso, e o mais importante, ao remontar sua linhagem até os ancestrais bíblicos, Alfred se diferenciava dos demais reis saxões que o precederam<sup>65</sup>. Através disso ele legitimava sua autoridade e daqueles que viessem depois dele sobre uma população cristã unida na Inglaterra: “Alfred’s genealogy thus fixes his place equally within West Saxon, Germanic and Christian history”.<sup>66</sup>

Ainda sobre a *Crônica Anglo-Saxônica*, além do exemplo da construção da linhagem do rei Æthelwulf, as passagens sobre as campanhas de Alfred contra os vikings se destacam em relação aos relatos do Grande Exército escandinavo invadindo os reinos vizinhos de Wessex. A narrativa é construída de modo a colocar Alfred em destaque e da melhor forma possível.<sup>67</sup> Outro fato importante é o de que, apesar de exaltar a ascendência de seu pai (o que legitima automaticamente a sua) os irmãos de Alfred são citados em geral de forma breve e sem grande entusiasmo. O foco sempre é Alfred, sua relação de lealdade para com os lordes e demais guerreiros e a apologia sobre a legitimidade do poder do rei. O que será seguido por seus sucessores, tendo como ponto alto o registro do ano 937, que não apenas exalta a vitória do rei Athelstan e do príncipe Edmund, como o mesmo é feito através de um poema heroico em honra da vitória anglo-saxônica em Brunanburg. Desta forma, a *Crônica* também estaria desempenhando um papel de persuasão sobre a aristocracia anglo-saxônica com o objetivo de trazê-los para mais perto da figura do rei e de seus ideais:

The dramatic account of Alfred’s flight into the Sommerset marshes and the obsessive tracking of the depredations of the vikings on the Continent in the 880s served to remind Alfred’s subjects how close they had come to viking rule and how much danger still remained.<sup>68</sup>

Voltando à linhagem do rei Æthelwulf e de Alfred, vamos nos ater a um nome em específico que seria o ponto onde a Casa de Wessex deixa de ser apenas mais uma das casas régias da cristandade ocidental e se torna diferenciada em sua importância através do nome de “Scaef”.

---

<sup>65</sup> ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998, p. 28.

<sup>66</sup> “A genealogia de Alfred fixava assim seu lugar igualmente entre os saxões do oeste, os germânicos e a história cristã”. *Ibid.*, p. 47.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>68</sup> “O relato dramático da fuga de Alfred para os pantanos de Sommerset e o rastro obsessivo de depredações dos vikings no continente nos anos de 880 serviram para lembrar aos súditos de Alfred o quão próximo eles haviam chegado do domínio viking e quanto perigo ainda persistia”, *Ibid.*, p. 18.

Os anglo-saxões sabiam que todas as nações do mundo descendiam de Noé e sobre a história do Dilúvio<sup>69</sup>, e da ascendência de Noé até Adão. A elaboração criada na Inglaterra vem dentro da narrativa bíblica a partir do fim do episódio do Dilúvio, quando é relatado sobre os filhos de Noé e a origem dos patriarcas.<sup>70</sup> Dentro da tradição cristã, esta passagem da Bíblia explica o povoamento do mundo, tendo os filhos de Noé descendentes em cada um dos continentes. Dos filhos de Sem teriam surgido os povos da Ásia, de Cam os povos da África e de Jafé os europeus.<sup>71</sup>

Assim como os demais povos germânicos, os anglo-saxões tinham grande interesse por seus ancestrais e suas linhagens. Para tanto, seus reis costumavam remontar suas ancestralidades aos antigos deuses e heróis do passado pagão. Contudo, a Bíblia (especificamente o livro do Gênesis) não fornecia qualquer relato sobre as origens dos povos germânicos, e muito menos dos anglo-saxões, além da interpretação sobre Jafé como o grande patriarca dos povos da Europa. Desta forma, esta lacuna genealógica poderia ser preenchida através de uma criativa elaboração. Na Inglaterra do *período alfrediano* isso se deu com a criação da figura do quarto filho de Noé, que teria nascido dentro da arca durante o Dilúvio.<sup>72</sup>

Este quarto filho de Noé, que na *Crônica Anglo-Saxônica* e na *Crônica de Æthelweard* surge como “Sceaf” e “Scef”, e na *Vida do Rei Alfred* como “Seth”, não aparece em mais nenhuma outra fonte genealógica do período. Sua existência no final do século IX surge em Wessex exatamente durante o período de ascensão de sua casa real como a autoridade máxima para as áreas livres da ocupação escandinava.<sup>73</sup> Em *Beowulf* temos a figura de do rei Scyld Scefing (“Scyld filho de Scef”) como o fundador da linhagem dos reis da Dinamarca, e no poema *Widsith* há referência ao rei Scaefa dos lombardos (*Widsith*, verso 32b: “Scaefa Longbeardum”). É possível que o nome remonte a algum personagem do folclore e da mitologia germânica, mas qualquer outro indício de sua sobrevivência em outras fontes é dúbia<sup>74</sup>, principalmente com uma possível relação do mesmo com a figura de Noé.

---

<sup>69</sup> Genesis 9: 18-19.

<sup>70</sup> Genesis 10-11.

<sup>71</sup> ANLEZARK, Daniel. “Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, p. 14-15; Bede em seu terceiro livro de comentários sobre o Gênesis fala sobre a divisão do mundo entre os três filhos de Noé (ver BEDE, *On Genesis*, Liverpool: Liverpool University Press, 2008, p. 140-214).

<sup>72</sup> ANLEZARK, Daniel. “Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, p. 17-18.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 27.

Uma possível explicação para o aparecimento deste quarto filho de Noé poderia estar ligada à literatura apócrifa. Poderíamos remeter inicialmente ao *Apocalipse de pseudo-Metódio*. Este livro seria conhecido na Inglaterra anglo-saxônica, sendo citado em fontes como o *Hexateuco em inglês antigo*, e nele seria contada a história de que Noé teria um quarto filho de nome Jonitus que “teria sido criado para exercer um papel especial que os filhos bíblicos de Noé não poderiam”.<sup>75</sup>

Segundo a narrativa apócrifa, Jonitus teria sido enviado por seu pai para o leste, mas não se envolveu na construção da Torre de Babel, e acabou recebendo sabedoria e ensinamentos esotéricos diretamente de Deus.<sup>76</sup>

Assim, pode-se pensar que um genealogista anglo-saxão não precisaria inventar a ideia de um quarto filho de Noé, pois essa já seria corrente nos textos da Inglaterra da época<sup>77</sup>; e talvez influenciado pela história de Scyld ou Sceaf, como aquele que veio ainda criança num barco de mares desconhecidos, idealizou que o primeiro de seus reis teria de fato nascido num barco e o associou a Noé.

Entretanto, a fonte deste Jonitus como a origem para a ideia do quarto filho de Noé não seria de todo consistente. Não há como saber se o *Apocalipse de pseudo-Metódio* era de fato tão conhecido assim na Inglaterra do século IX, pois para a inclusão de tal elemento na genealogia da Casa de Wessex não bastaria que seu autor conhecesse a história apócrifa, mas que outros também soubessem dela para que isso fizesse sentido ao ponto de ir contra a tradição patristica.<sup>78</sup> Além disso, no texto apócrifo é descrito quando teria ocorrido o nascimento do quarto filho de Noé, Jonitus. É explicitado que apenas oito pessoas saíram da arca e que apenas no “centésimo ano do terceiro milênio um filho nasceu de Noé, exatamente como ele, e seu nome era Jonitus”.<sup>79</sup>

Para a construção da genealogia de Alfred ligada ao quarto filho de Noé, seria necessário não apenas contradizer a tradição bíblica de apenas três filhos, como ligar este quarto filho a figura de Sceaf, como também contradizer o próprio texto apócrifo que diz claramente que o filho de Noé não nasceu na

---

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

<sup>76</sup> “Jonitus recebeu de Deus o dom da sabedoria, (ele) também (recebeu) não apenas isso, mas também cada informação de astronomia e tornou-se um inventor”, *Ibid.*, p. 28.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 28-29.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 29

arca. Ainda assim, a ideia de que Noé havia tido mais de três filhos era corrente e sua origem pode sim ter sido inspirada por uma literatura apócrifa na Inglaterra.

Outro livro apócrifo que relata o nascimento de um quarto filho de Noé seria o *Livro da Caverna dos Tesouros*, escrito em siríaco do século VI, e nele nos é apresentado a personagem de Jonton (Jonitus). A ligação deste com o outro livro apócrifo é a de que o *Apocalipse de pseudo-Metódio* na verdade é uma cópia latina, derivada de uma versão em grego, inspirada na *Caverna dos Tesouros*.<sup>80</sup> O relato sobre o quarto filho de Noé no *Caverna dos Tesouros* diz:

Nos dias do gigante Nimrod, apareceu um fogo que saía da terra. Então Nimrod desceu, viu o fogo e invocou-o: e estabeleceu sacerdotes para lá prestarem serviço e esparzir incenso. Desde aquele tempo, os persas começaram a venerar o fogo, até os dias de hoje (...) Nimrod foi a Jokdora, que vem a ser Nod. Quando chegou junto ao mar, encontrou ali Jonton, filho de Noé. Ele desceu e banhou-se nesse mar, depois ofereceu um sacrifício e adorou Jonton. Então disse-lhe Jonton: “Tu és rei, e a mim veneras?”. Respondeu-lhe então Nimrod: “Por tua causa eu vim até aqui”. Então Jonton ensinou a Nimrod a sabedoria e a ciência dos oráculos e disse-lhe: “Não tomes mais a mim!”<sup>81</sup>

Este original siríaco teria sido concebido como um livro genealógico, para explicar claramente a descendência dos patriarcas do Velho Testamento (sendo também intitulado *O Livro da Ordem e da Sucessão das Gerações*) e nele, diferente do outro livro apócrifo, não é feita qualquer menção de quando ou onde ocorreu o nascimento deste outro filho de Noé.<sup>82</sup> Assim, a ideia do quarto filho de Noé pode ter vindo para a Inglaterra anglo-saxônica através do *Caverna dos Tesouros* em siríaco. Isso não significa que haveria uma cópia do livro em circulação na Inglaterra durante o período e que ele tenha sido lido. Contudo, detalhes e informações específicas da narrativa desse livro aparecem em comentários e estudos bíblicos associados à escola de Canterbury e à figura do arcebispo Teodoro.<sup>83</sup> Como Teodoro conhecia siríaco, é muito provável que ele também conhecesse a tradição bíblica siríaca, e tenha levado

---

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 29-23.

<sup>81</sup> PROENÇA, Eduardo de (org.) *Apócrifos da Bíblia e pseudo-epígrafos*, São Paulo: Fonte Ed., 2005, p. 225.

<sup>82</sup> ANLEZARK, Daniel. “Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, p. 30.

<sup>83</sup> BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael. *Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 236-237.

algo com ele para a Inglaterra no século VII.<sup>84</sup> Desta forma, é possível que a ideia do quarto filho de Noé, dentro de um texto sobre genealogias bíblicas, tenha sido introduzida na Inglaterra através de um dos mais importantes centros culturais da história anglo-saxônica, e mais tarde essa ideia tenha se mesclado com algum mito de origem do passado germânico, dando origem a figura de Scaef como o quarto filho de Noé.

Desta forma, a casa real de Wessex reclamava sua ancestralidade através de uma linhagem à parte das linhagens bíblicas convencionais. Os reis de Wessex, assim como outros da cristandade, eram descendentes de Noé como todo o resto da humanidade. Contudo, diferente dos demais, eles não descendiam de Jafé, Cam ou Sem, mas de outra linhagem em particular. Uma linhagem sagrada especial.

A fusão de uma ancestralidade da tradição germânica com o mundo bíblico através de um suposto quarto filho de Noé, que aparece justamente no final do século IX, sugere então que houve uma elaboração ideológica por parte do governo do rei Alfred. Estabelecendo um relacionamento especial com Noé (o “segundo pai” da humanidade) e com Deus.<sup>85</sup>

#### IV. Conclusão

Com exceção da *Crônica de Æthelweard*, nenhuma outra fonte mais tardia faz qualquer alusão a alguém chamado Scef/Scaef/Seth como ancestral da Casa de Wessex ou como filho de Noé. Pelo contrário, Ælfric de Eynsham, já no fim do século X, e com a reforma beneditina, reafirma a linhagem de Noé através de seus três filhos apenas e renega a ideia de um suposto quarto filho, considerando-a apócrifa.<sup>86</sup> Desta forma, Ælfric contradiz as genealogias régias de Wessex. Entretanto, devemos lembrar que Ælfric e outros estavam preocupados com os aspectos teológicos de interpretação das Escrituras,

---

<sup>84</sup> Teodoro de Tarso era de origem grega, nascido em torno de 602 no império bizantino. Teria estudado em Antióquia e talvez Edessa, tornando-se familiar do siríaco e do grego, e vivido também em Constantinopla. PULSIANO, Phillip & TREHARNE, Elaine. *A Companion to Anglo-Saxon Literature*, Oxford: Blackwell, 2001, p. 18-19. No ano de 667 ele vivia em Roma quando chegou de viagem o arcebispo de Canterbury (de nome Wigheard). Este contrai a peste e morre no mesmo ano. O Papa Vitaliano (c. 657-672) então aponta Teodoro ao posto, consagrando-o arcebispo de Canterbury em 668, o enviando para a Inglaterra. LAPIDGE, Michael. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*, Oxford: Blackwell, 2004, p. 444-446.

<sup>85</sup> ANLEZARK, Daniel. “Scaef, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons”, *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, p. 33-36.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 36-42.

enquanto que o que importava para as genealogias dos reis seriam seus aspectos de legitimação política.

A partir do final do século X a ideia da linhagem do quarto filho de Noé nas genealogias régias desaparece por completo. A explicação para isso está aliada ao mito do *populus Israhel*. Primeiramente, o cenário sócio-político da Inglaterra entre o final do século IX e meados do X é completamente diferente do que temos no final do século X e início do XI. Durante os reinados de Alfred, Edward, Athelstan e seu irmão Edmund, ocorre a reconquista e submissão dos territórios sob ocupação escandinava e a unificação do reino inglês.

Assim, é construído um mito de origem na Inglaterra, onde os anglo-saxões são o novo povo escolhido, o Novo Israel, e onde seus reis possuem uma ascendência singular com os patriarcas do Velho Testamento e com Deus. Com a onda invasora de pagãos escandinavos, podemos argumentar que o rei Alfred e aqueles que o cercava, viam a Inglaterra passando pelas mesmas atribulações que ocorreram nos tempos dos bretões, e as mesmas que os hebreus sofreram no Velho Testamento quando se afastaram de Deus.

Sendo assim, a Inglaterra estava sendo testada pelo Senhor e assim, sendo o Novo Israel, Alfred lança suas iniciativas de reforma com a preocupação de restabelecer a lei divina e a ordem que provem do Senhor. Temos então o modelo do *populus Israhel* aplicado à Inglaterra anglo-saxônica e auxiliado pela construção de uma genealogia sagrada especial. Dando força às iniciativas das reformas de Alfred e para a unificação da Inglaterra em 937.

No final do século X esta ideologia, este mito de origem do *período alfrediano*, perde força uma vez que Inglaterra está unificada e vive um período de estabilidade e ordem. Mesmo quando os escandinavos voltam a atacar, não é a mesma situação que os ataques dos séculos VIII ao IX. Diferente de seus antecessores, que eram pagãos, líderes de bandos guerreiros capitães de navios, os líderes dos novos invasores são cristãos e de origem nobre.

Enquanto nos tempos de Alfred a Inglaterra se viu arrasada nas mãos de homens como os filhos de Ragnar Lodbrok ou Gudrun, os novos invasores são liderados por homens como Olaf Tryggvason (rei da Noruega), rei Sweyn da Dinamarca e seu filho Cnut (mais tarde Cnut o Grande da Inglaterra). Em suma, Ælfric não reconhece a linhagem dos reis da Inglaterra através do

quarto filho de Noé pelo fato de que tal mito já não fazia mais sentido em sua época.<sup>87</sup>

Podemos então dizer que um dos alicerces das reformas de Alfred e do *período alfrediano* seria esta visão do povo anglo-saxão como uma unidade eclesiástica e secular, por base no princípio de que eles seriam o “novo povo de Israel”. Portanto, era necessário reestabelecer a ordem divina, para que não tivessem o mesmo destino do “Velho Israel”. E o caminho para a realização desta obra é o segundo elemento que compõe a base do ideário alfrediano. Aliado à ideia da herança espiritual bíblica do povo e a origem divina singular de sua realeza, estaria o principal dever do governante para com Deus e o caminho para se chegar ao divino: a busca pela sabedoria. A qual Alfred desejava não apenas para ele, mas para todos de seu reino. Com isso, a exemplo de figuras como Moisés, Davi e Salomão, Alfred tornava a figura do soberano um elemento vital de poder na sociedade anglo-saxônica, tanto no campo secular quanto religioso. Uma vez que, por meio da construção de um mito de origem, se tornava membro de uma linhagem sagrada e líder do novo povo escolhido por Deus.

\*\*\*

## Fontes

- BEDE (trad. Calvin B. Kendall) *On Genesis*, Liverpool: Liverpool University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_*Homelias. Homeliarum Evangelii Libri II*, Turnhout: Brepols, 1965.
- \_\_\_\_\_*Ecclesiastical History of the English Nation: Books I – III* (Loeb Classical Library), Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_*Ecclesiastical History of the English Nation: Books IV – VI* (Loeb Classical Library), Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- CAMPBELL, Alistair (ed. trad.) *Chronicon Æthelweardi*, Londres: Thomas Nelson & Son, 1962.
- KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*, Londres: Penguin, 1983.
- KLAEBER, Frederick (ed.) *Beowulf and the Fight at Finnsburg*, Boston: D. C. Heath, 1950.

---

<sup>87</sup> Podemos estabelecer um paralelo com o continente nesse sentido. Enquanto os anglo-saxões tinham para si o mito de origem bíblica, os francos remontavam sua origem aos troianos, por exemplo. Porém, no século XII um novo mito de origem surgirá na Inglaterra, auxiliado por meio da obra de Geoffrey de Monmouth (*a Historia Regum Britanniae*), também baseado numa origem troiana e na figura do rei Arthur. Mito esse utilizado principalmente pelos plantagenetas (em especial por Henrique II) como forma de legitimação de seu poder não apenas na Inglaterra, mas também sobre os territórios da França. Para maiores informações sobre o assunto uma ótima referência é a obra de Amaury Chauou, *L'idéologie Plantagenêt: Royauté arthurienne et monarchie politique dans l'espace Plantagenêt*, Presses Universitaires de Rennes, 2001.

- KRAPP, George Philip (ed.) *The Anglo-Saxon Poetic Records I: The Junius Manuscript*, Nova York: Columbia University Press, 1931.
- MILLER, Thomas (trad.) *The Old English Version of Bede's Ecclesiastical History of the English People*, Oxford: Oxford University Press, 1959.
- PROENÇA, Eduardo de (org.) *Apócrifos da Bíblia e pseudo-epígrafos*, São Paulo: Fonte Ed., 2005.
- SEDGEFIELD, Walter John (trad.), *King's Alfred Old English Version of the Consolations of Boethius*, Oxford: Clarendon Press, 1900.
- STURLUSON, Snorri. *Edda*, Londres: Everyman, 1998.
- SWEET, Henry (trad. e org.). *King Alfred's West-Saxon Version of Gregory's Pastoral Care*, Londres: Oxford University Press, 1958.
- TACITUS. *The Agricola and the Germania*, Londres: Penguin, 1970.
- WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.) *English Historical Documents*, Londres, 1955.
- \_\_\_\_\_ *The Anglo-Saxon Chronicle*, London, 1961.
- WINTERBOTTOM, Michael (trad. e ed.) *Gildas: The Ruin of Britain and Other Works*, Londres: Phillimore, 1978.

## Bibliografia

- ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*, Harlow: Longman, 1998.
- ANLEZARK, Daniel. "Sceaf, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons", *Anglo-Saxon England*, vol. 31, 2002, pp. 13 – 46.
- AUERBACH, Erich. *Figura*, São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Mimesis*, São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BISCHOFF, Bernhard & LAPIDGE, Michael. *Biblical Commentaries from the Canterbury School of Theodore and Hadrian*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- BROWN, Peter. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000*, Cambridge: Blackwell, 2003.
- CHASE, Collin. *The Dating of Beowulf*, Toronto: Toronto University Press, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*, São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRANTEN, Allen J. & NILES, John D. *Anglo-Saxonism and the Construction of Social Identity*, Gainesville: University Press of Florida, 1997.
- FRYE, Northrop. *The Great Code: The Bible and Literature*, Toronto: Academic Press Canada, 1981.
- FULK, R. D. & CAIN, Christopher M. *A History of Old English Literature*, Oxford: Blackwell, 2005.
- GEARY, Patrick J. *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo*, São Paulo: Conrad, 2005.
- GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. *The Cambridge companion to Old English Literature*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HOWE, Nicholas. *Migration and Mythmaking in Anglo-Saxon England*, New Haven: Yale University Press, 1989.
- HOWLETT, David. *The Celtic Tradition of Biblical Style*, Blackrock: Four Court Press, 1997.
- LAPIDGE, Michael. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*, Oxford: Blackwell, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, Bauru: Edusc, 2004.

- PULSIANO, Phillip & TREHARNE, Elaine. *A Companion to Anglo-Saxon Literature*, Oxford: Blackwell, 2001.
- SCHEIL, Andrew P. *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*, University of Michigan Press, 2007.
- SCRAGG, Donald & WEINBERG, Carole. *Literary Appropriations of the Anglo-Saxons from the Thirteenth to the Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.